17	Igarapé do Bacabaí	Médio Rio Urubu - Região II	Manutenção	37	Lago Comprido	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção
18	Igarapé do Moura	Médio Rio Urubu - Região II	Manutenção	38	Lago Mãe Joana	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção
19	Lago Tatuacá	Médio Rio Urubu - Região II	Manutenção	39	Rio Urubu	Médio e Baixo Urubu - Região II e III	Uso
20	Lago Coari	Médio Rio Urubu - Região II	Manutenção	40	Ponta da Prainha	Canaçari - Região IV	Uso
21	Lago Tai açú	Baixo Rio Urubu - Região III	Uso	41	Lago Poção Pai Antônio	Canaçari - Região IV	Manejo
22	Rio Itapaní	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção	42	Lago Poção do Canaçari	Canaçari - Região IV	Manejo
23	Rio Sanabaní	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção	43	Lago Sacaituba	Canaçari - Região IV	Preservação
24	Lago Cunhã	Canaçari - Região IV	Uso	44	Ponta do Seringa	Canaçari - Região IV	Uso
25	Lago Tachí	Canaçari - Região IV	Manutenção	45	Ponta do Macaco	Canaçari - Região IV	Manutenção
26	Lago Crispin	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção	46	Lago Ajará	Canaçari - Região IV	Manutenção
27	Lago Curára	Baixo Rio Urubu - Região III	Uso	47	Lago da Fabrícia	Canaçari - Região IV	Uso
28	Lago Piramirim	Baixo Rio Urubu - Região III	Preservação	48	Lago Juruti	Canaçari - Região IV	Manutenção
29	Lago Purema	Baixo Rio Urubu - Região III	Manejo	49	Lago Paxicu	Canaçari - Região IV	Manutenção
30	Lago Jauara	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção	50	Lago Curuçá Mirim e Curuçá Açú	Canaçari - Região IV	Manutenção
31	Lago Tarumã	Baixo Rio Urubu - Região III	Preservação	51	Canal do Molongó	Canaçari - Região IV	Manutenção
32	Lago Carará	Baixo Rio Urubu - Região III	Uso	52	Ponta da Pelada	Canaçari - Região IV	Manutenção
33	Lago Preto	Baixo Rio Urubu - Região III	Manejo	53	Lago Queimado	Canaçari - Região IV	Manejo
34	Lago Ubá	Baixo Rio Urubu - Região III	Preservação	54	Canal da Santa Clara	Canaçari - Região IV	Manejo
35	Lago Quita	Baixo Rio Urubu - Região III	Preservação	55	Varadouro	Canaçari - Região IV	Uso
36	Lago Coro	Baixo Rio Urubu - Região III	Manutenção	56	Lago do Poção de São Sebastião	Canaçari - Região IV	Preservação
				57	Ponta do Castanhalzinho	Canaçari - Região IV	Manutenção
				58	Igarapé dos Cunhas	Canaçari - Região IV	Manutenção

PORTARIA Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2008

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA, designado pela Portaria MMA nº 97, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2007, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 22 do anexo I ao Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U do dia subsequente,

Considerando o disposto no Decreto nº 5.583, de 16 de novembro de 2005, que autoriza o IBAMA a estabelecer normas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, de que trata o § 6º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

Considerando os termos do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca;

Considerando o que consta do Processo IBAMA nº 02001.007212/2003-94, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Entende-se por Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, o rio Paraguai, seus formadores, seus afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções de águas sob domínio da União e dos Estados.

Art. 2º Permitir, na pesca amadora praticada na bacia hidrográfica de que trata o artigo 1º desta Portaria, apenas o uso dos seguintes petrechos de pesca e insumos:

I - linha de mão, puçá, caniço simples, anzóis simples ou múltiplos, vara com carretilha ou molinete;

II - espingarda de mergulho, arbalete, tridente ou similares, sendo vedado o emprego de aparelhos de respiração artificial; e,

III - isca natural, isca artificial e isca viva autóctone (nativas da bacia).

Art.3º Permitir, na pesca profissional praticada na bacia hidrográfica de que trata o artigo 1º desta Portaria, apenas o uso dos seguintes petrechos de pesca e insumos:

I - para captura de peixes destinados ao consumo alimentar:

- linha de mão;
- caniço simples;
- molinete;
- carretilha;
- joão bobo (bóia com um anzol);
- cavalinho;
- isca natural, isca artificial e isca viva proveniente da bacia; e,
- anzol de galho: aquele fixado em vegetação da mata ciliar ou em estacas afixadas no barranco.

§ 1º Fica limitada em até 20 (vinte), a quantidade de anzóis de galho, por pescador, devidamente identificado pelo número do Registro Geral da Pesca - RGP/SEAP/PR.

§ 2º O anzol de galho só poderá ser utilizado em cursos de água com mais de 10 metros de largura.

II - para captura de iscas vivas:

- caniço simples;
- linha de mão;
- tarrafa com altura máxima de 1,80 m ; malha mínima de 20 mm, e máxima de 50 mm (cinquenta milímetros), confeccionada com linha de náilon monofilamento com espessura máxima de 0,40 mm;

d) peneira: quadro com tela com dimensões de até 2,20 m de comprimento e 1,20 m de largura;

e) jiqui: petrecho com 100 cm de comprimento e 67 cm de diâmetro, revestido com tela, tendo em cada extremidade aberturas circulares de 30 cm de diâmetro em formato de funil. O funil deverá ter 26 cm de comprimento e, em sua menor extremidade, uma abertura de 5 cm de diâmetro, voltada para dentro do jiqui;

f) covó: lata ou tubo PVC com 8,4 cm de diâmetro e 54,6 cm de comprimento, tendo em uma extremidade um funil de plástico acoplado, com uma abertura máxima de 10 cm de diâmetro na boca e, na outra extremidade, uma abertura máxima de 2,5 cm.

III - para a captura de peixes ornamentais:

a) rede de arrasto (malha fina) com o máximo de 5 m de comprimento, por 2 m de altura, com malha de até 1 cm;

b) puçá com até 1,50 m de diâmetro de boca, com malha de até 1 cm;

c) tarrafa com altura máxima de 1,80 m; malha máxima de 25 mm, confeccionada com linha de náilon monofilamento com espessura máxima de 0,40 mm;

d) jiqui com 100 cm de comprimento e 67 cm de diâmetro, revestido com tela. Cada lateral terá aberturas circulares de 30 cm de diâmetro, em formato de funil. O funil deverá ter 26 cm de comprimento e, em sua menor extremidade, uma abertura de 4 cm de diâmetro, voltada para dentro do jiqui.

Art. 8º Proibir a captura, o transporte e a comercialização de espécies, cujos comprimentos totais sejam inferiores aos estabelecidos nesta Portaria, conforme o quadro abaixo:

Nome Comum	Nome Científico	Com.Total (cm)
armado	<i>Pterodoras granulosus</i>	35
barbado	<i>Pinirampus pinirampu</i>	60
corvina	<i>Plagioscion spp</i>	30
curimatã, sábaló	<i>Prochilodus lineatus</i>	38
dourado	<i>Salminus brasiliensis</i>	65
jaú	<i>Zungaro zungaro</i>	95
jurupensen	<i>Surubim cf. lima</i>	35
jurupoca	<i>Hemisorubim platyrhynchos</i>	40
pacu caranha, pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>	45
pati	<i>Luciopimelodus pati</i>	65
piauí - açu, boga	<i>Leporinus macrocephalus</i>	38
piauí verdadeiro, piauí	<i>Leporinus aff. obtusidens</i>	25
piauí verdadeiro, piauí	<i>Leporinus aff. elongatus</i>	30
piraputanga	<i>Brycon hilarii</i>	30
surubim, cachara	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	80
surubim, pintado	<i>Pseudoplatystoma coruscans</i>	85

Parágrafo único. Para efeito de mensuração, define-se comprimento total como sendo a medida tomada entre a ponta do focinho e a extremidade da nadadeira caudal.

Art. 9º Aos infratores das disposições desta Portaria serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais - e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que a regulamentou, sem prejuízo de outros instrumentos legais aplicáveis à espécie.

Art. 10. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 11. Fica revogada a Portaria IBAMA nº 22-N, de 9 de março 1993, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente.

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 1, de 28 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 29 de janeiro de 2008, Seção 1, página nº 55, ONDE SE LÊ, Art. 1º: Permitir, de forma complementar às disposições da Instrução Normativa IBAMA nº 164, de 17/07/2007, que as embarcações que operam na captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e respectiva fauna acompanhante, no litoral norte fluminense, na área compreendida entre o município de São Francisco de Itabapoana, ao norte, e o município de Macaé, ao sul, observando-se os seguintes critérios e condições: LEIA-SE: Art. 1º: Permitir, de forma complementar às disposições da Instrução Normativa IBAMA nº 164, de 17/07/2007, que as embarcações que operam na captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e respectiva fauna acompanhante, no litoral norte fluminense, na área compreendida entre o município de São Francisco de Itabapoana, ao norte, e o município de Macaé, ao sul, sejam permissionadas, observando-se os seguintes critérios e condições: No inciso III do Art. 1º, ONDE SE LÊ: Que os proprietários comprovem a efetiva operação nos anos de 2005 e 2006, e no limite de uma operação para cada proprietário ou armador. LEIA-SE: Inciso III do Art. 1º: Que os proprietários comprovem a efetiva operação das embarcações nos anos de 2005 e 2006, e no limite de uma embarcação para cada proprietário ou armador.

Na Portaria nº 2/2008-N, de 28 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 29/01, Seção 1, páginas 55/56 de 29 de janeiro de 2008, ONDE SE LÊ: "Considerando as deliberações das comunidades e ribeirinhos, mediante acordo de para conservação e preservação da pesca, objeto do Processo nº 02005.002240/06-93 - IBAMA-SUPES/AM, resolve:" LEIA-SE: "Considerando as deliberações dos representantes das comunidades de Cristo Rei do Anibá, Nossa Senhora do Livramento, Santana, Nossa Senhora da Conceição do Anibá, São Raimundo do Bacabaí, Nossa Senhora da Conceição da Baixa Funda, São Pedro do Capivara, Nossa Senhora das Graças do Maquarã Grande, Santo Antonio do Maquarazinho, Santo Antonio do Capivara, São José do Piquiá, Piquiá II, São Tomé do Jacu, São Lázaro do Taperebatuba, Nossa Senhora do Carmo do Eva, Nossa Senhora de Nazaré do Igarapé Açu, Santa Luzia do Sanabaní, Nossa Senhora Aparecida do Passarinho, Nossa Senhora do Bom Parto do Pontão, São José do Pontão (Ilha do São João), Santo Antonio da Terra Nova, São Raimundo do Sanabanizinho, São Sebastião do Itapaní, São José da Enseada, Santo Antonio do Canaçari, Nossa Senhora da Penha do Canaçari, Santa Fé do Canaçari, São Sebastião do Poção, São José do Pampolha, Nova Jerusalém do Seringa, São Sebastião do Forte, Nossa Senhora de Nazaré do Rio Amazonas, São João do Carão, Santa Luzia do Rebojão, Santa Maria do Rebojão, São Lázaro do Açacú, Divino Espírito Santo do Puruzinho, Sagrado Coração do Puruzinho, Divino Espírito Santo do Pai Tomás, Presbiteriana do Pampolha, São Raimundo do Alvorada (Paraná da Serpa), Associação de Pescadores de Itacoatiara-IPI, Associação dos Pequenos Pescadores de Itapiranga-ASPEP, Colônia de Pescadores Z-13 de Itacoatiara e Z-22 de Itapiranga, Associação de Pescadores Profissionais de Silves-APPS, Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural-ASPAC, Associação dos Comunitários da Região do Lago Canaçari-ACORDELAC, Instituto de Cooperação Econômica Internacional-ICEI, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas-IPAAM, Mil Madeireira, Secretaria de Meio ambiente de Silves, Secretaria de Meio ambiente de Itapiranga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silves, WWF-Brasil, Núcleo de Pesca da Superintendência do IBAMA no Estado do Amazonas, e ES-REG/IBAMA-Itacoatiara, que estabeleceram o Acordo de Pesca para a conservação e preservação; e,

Considerando o que consta do Processo Ibama nº 02005.002240/06-93-SUPES-AM, resolve:

Na Portaria nº 3, de 28 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 29 de janeiro 2008, Seção 1, página 56, ONDE SE LÊ: "Art. 5º Proibir, ao pescador amador e profissional, a pesca nas modalidades de lambada e corrico, bem como o uso de Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica ora aditado, não expressamente alteradas pelo presente. petrechos não citados nos artigos 2º e 3º desta Portaria." LEIA-SE: Art. 5º Proibir, ao pescador amador e profissional, a pesca nas modalidades de lambada e corrico, bem como o uso de petrechos não citados nos artigos 2º e 3º desta Portaria.

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão****SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ****PORTARIA Nº 7, DE 23 DE JANEIRO DE 2008**

O GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005, da Secretária do Patrimônio da União, com respaldo na Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art.1º. Autorizar a Permissão de Uso, a título oneroso e precário, da área de propriedade da União, caracterizada como área de

uso comum do povo, com 800,00m², situada na Orla Marítima da praia do Morro do Cristo, entre as ruas Vicente Marques e Itacolomy, Município de Guaratuba/PR, Estado do Paraná, no período de 31/01/2008 a 10/02/2008, em favor da empresa Directa - Consultoria em Shopping Centers Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.205.293/0001-31, com sede na rua Tibagi, 576, Centro, em Curitiba, Estado do Paraná, para a realização de ação esportiva.

Art.2º. A outorga da Permissão de Uso atribui à Directa - Consultoria em Shopping Centers Ltda. a obrigação, além de outras, do pagamento do valor correspondente a R\$ 980,40 (novecentos e oitenta reais e quarenta centavos) pela Permissão de Uso, acrescido de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) referentes a custos administrativos, em favor da União, pelo uso do bem público, a ser quitado no dia 30/01/2008, sem o qual fica vedada a execução do referido "Projeto de Verão", tornando-se nula a presente Permissão de Uso.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

GERÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE**PORTARIA Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2008**

A GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e de acordo com o artigo 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentado pelo artigo 14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º - Permitir o uso, sob forma de utilização a título precário à pessoa física MARCILIO MESQUITA DE GÓES, cadastrada no CPF sob o nº 638.769.814-68, residente à Rua Professor Fontes Galvão, 735 - Centro, CEP: 59020-140, Natal/RN, da área de uso comum do povo, entre as praias de Pitangui e Muriu, localizada no Maceió de Pratagi no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 26/01/2008, com a finalidade de reunir e abrigar os integrantes e suas famílias do Natal Jeep Clube, para se confraternizarem e assistirem a passagem da Cavalgada de Verão à beira-mar, conforme Processo nº 04916.000295/2008-18.

Art. 2º - Será cobrada da Permissionária, a remuneração pelo uso da área devida à União no valor de R\$ 40,15 (Quarenta reais e quinze centavos), equivalente a 1% (um por cento) do domínio pleno da área ocupada, a ser recolhido mediante pagamento de DARF junto à rede bancária credenciada, sendo indicado como número da receita "2102 - outras receitas imobiliárias", nos termos do disposto no artigo 2º da Portaria SPU nº 06, de 31 de janeiro de 2001, retificada e publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2001, Seção 2, pag. 26.

Art. 3º - Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica o Permissionário obrigado a afixar nas áreas em que se realizará o evento e em locais visíveis ao público uma (01) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, e modelo encaminhado ao Permissionário, de dimensões mínimas de 1,00m X 1,50m (um metro por um metro e cinquenta centímetros), com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU".

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA MEDEIROS PEREIRA

Ministério dos Transportes**AGÊNCIA NACIONAL
DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS****DESPACHOS**

Em 29 de janeiro de 2008

À vista do contido no Processo nº 50300.002183/2007-76, com base no PARECER-PRG-ANTAQ-Nº 037/2008-PF, de 28 de janeiro de 2008 e no uso das competências delegadas pelo art. 2º da RESOLUÇÃO Nº 003-ANTAQ, de 15/03/2002, DECLARO INEXIGÍVEL DE LICITAÇÃO, amparado pelo Art. 25, caput, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e AUTORIZO A DESPESA no valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) em favor da empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, referente à manutenção do sistema ASI Centura, para atender às necessidades da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

WILSON ALVES DE CARVALHO
Superintendente de Administração e Finanças

Em 30 de janeiro de 2008

Faço publicar que de acordo com o Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, com base no PARECER-PGR-ANTAQ-Nº 037/2008-PF, de 28 de janeiro de 2008 e no uso das competências delegadas pelo art. 1º da RESOLUÇÃO nº 003-ANTAQ, RATIFICO o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO praticado pelo Superintendente de Administração e Finanças desta Agência, amparado pelo art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em favor da empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, referente à manutenção do sistema ASI Centura, para atender às necessidades da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral

**AGÊNCIA NACIONAL
DE TRANSPORTES TERRESTRES****RESOLUÇÃO Nº 2.526, DE 30 DE JANEIRO DE 2008**

Homologa a renovação da Licença Complementar nº 001/2006 - ANTT, de interesse da empresa argentina SITA S.R.L..

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DNO - 006/2008, de 30 de janeiro de 2008 e no que consta do Processo nº 50500.076176/2005-92, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da Licença Complementar nº 001/2006-ANTT, para exploração do serviço convencional de transporte rodoviário internacional de passageiros, entre a República da Argentina e a República Federativa do Brasil, da empresa argentina SITA S.R.L., referente à Linha Córdoba (AR) - Balneário Camboriú (BR), com tráfego pelo ponto fronteiriço Paso de Los Libres (AR) - Uruguaiana (BR).

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é 31 de dezembro de 2008, com base no Documento de Idoneidade P 023/2004, na Nota nº 127/2007, da Secretaria de Transporte da Argentina, no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto nº 4130, de 13 de fevereiro de 2002 e nos Acordos Bilaterais Brasil/Argentina.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a renovação da Licença Complementar nº 001/2006-ANTT para a empresa SITA S.R.L. e sua posterior comunicação ao Governo Argentino e à referida empresa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.527, DE 30 DE JANEIRO DE 2008

Autoriza empresas à prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e/ou internacional de passageiros, sob regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada nos termos do Relatório DNO - 007/2008, de 30 de janeiro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no anexo a esta Resolução à prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e/ou internacional de passageiros, sob regime de fretamento.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a emitir os respectivos Certificados de Registro para Fretamento - CRF - Forma Autorização, com validade de 2 (dois) anos, a partir da data de publicação da presente Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º Estabelecer que a prestação do serviço, no regime de fretamento contínuo, fica condicionada, ainda, a posterior emissão do Termo de Autorização, conforme determina o art. 20 da Resolução ANTT nº 1.166, de 5 de outubro de 2005.

Art. 4º Estabelecer que as autorizações de viagem serão concedidas em cumprimento ao art. 23 da Resolução ANTT nº 1.166/2005.

Art. 5º Tornar sem efeito a autorização concedida à empresa Transportes Única de Petrópolis Ltda., CNPJ nº 31.134.885/0001/45 incluída na Resolução nº 2.510, de 9 de Janeiro de 2008, por ter seu CRF provisório emitido com base na Ação Ordinária nº 2007.34.00.040930-4.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

ANEXO

Razão Social: A. C. TUR LTDA
CNPJ: 05.052.692/0001-35
Nº do Processo: 50500.099901/2007-62
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional